



# COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: <https://coloquio.gulbenkian.pt>

---

## A República dos modernistas

Manuela Parreira da Silva

Para citar este documento / To cite this document:

Manuela Parreira da Silva, "A República dos modernistas", *Colóquio/Letras*, n.º 175, Set. 2010, p. 30-44.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

# A República dos modernistas

MANUELA PARREIRA DA SILVA

REPÚBLICA E MODERNISMO SÃO, por assim dizer, em Portugal, dois irmãos gémeos desavindos. Se aceitarmos como balizas do primeiro Modernismo português as datas de 1910<sup>1</sup> e 1930<sup>2</sup>, este cola-se evidentemente ao tempo da I República, nascendo e, de certa forma, morrendo com ela. A geminação não está, contudo, isenta de contradições e perplexidades. Com o fim da Monarquia e de um regime obsoleto, alvorece também, no horizonte nacional, uma arte de ruptura. Poderia parecer, de facto, um casamento perfeito. De um lado, o ideário republicano assente no positivismo e no livre-pensamento, propondo uma educação para todos, numa sociedade mais justa, progressiva e democrática. Do outro, uma arte cosmopolita, aberta à Europa, pugnando contra a anquilose dos temas e das formas. A verdade é que o caminho tomado pela República, a breve trecho, se afiguraria sinuoso, acidentado, repetindo muitos dos erros da Monarquia e, nessa medida, prenunciando o abismo e o seu trágico fim. No curto período de 15-16 anos, assiste-se não só à luta fratricida no seio dos próprios republicanos (que não constituíam, de modo algum, um bloco monolítico) e à desgastante sucessão de governos, como, por duas vezes, à própria interrupção da democracia — ditaduras de Pimenta de Castro (1915) e de Sidónio Pais (1917-1918) — e a algumas tentativas de restauração monárquica, quer por via militar (Paiva Couceiro, logo em 1911 e depois em 1919), quer por via de uma propaganda política insidiosa, como a do Integralismo Lusitano ou, por exemplo, a do grupo em torno da revista *A Ideia Nacional*, dirigida por Homem Cristo Filho (1915-1916).

É sobre o corpo doente desta República que os principais representantes do Modernismo, literário e artístico, se fazem ouvir, nas suas reflexões, críticas e provocações, alinhadas, muitas vezes à direita, poucas vezes à esquerda; ou se calam, indiferentes, refugiados, «suicidados».

É também no seio desta República frágil e velha-precoce, mas paradoxalmente percorrida por uma jovem e mobilizadora inquietude vanguardista,

que alguns encontram, com ou sem intermitências, o seu lugar, as suas vozes inconfundíveis.

Por coincidência, ou talvez não, o primeiro Modernismo é decretado moribundo nos finais dos anos 20, precisamente no momento em que o golpe de estado de Gomes da Costa (já em 1919, por acaso, alvo de um elogio premonitório de António Ferro) abre a porta grande ao «monarca» Salazar, dando início a um longuíssimo interregno, que se traduziria, na prática, na decapitação do republicanismo. É, então, que as aparências deixam, subitamente, de iludir. Os ditos monárquicos tornam-se, óbvia e naturalmente, salazaristas, e rejubilam. Alguns dos ditos anti-República Velha tornam-se também anti-Estado Novo, e exilam-se ou remetem-se ao silêncio.

No mar tempestuoso que as relações republicano-modernistas configuram, são especialmente exemplares três percursos: os de Fernando Pessoa, António Ferro e Almada Negreiros. Não podemos, porém, deixar de referir o modo como Mário de Sá-Carneiro, Guilherme de Santa Rita, Alfredo Guisado ou Raul Leal se inscrevem na história dessas relações.

No que diz respeito aos dois primeiros, precocemente desaparecidos, não é possível determinar, com rigor, uma evolução. Santa Rita Pintor assume-se, em termos políticos, como «ultramonárquico», «intitula-se mesmo imperialista e afirma que o artista tem a necessidade de se acolher sempre a um homem superior — a um rei, porque para ele todos os reis lhe são superiores», como informa Sá-Carneiro, em carta para Pessoa, de 28 de Outubro de 1912<sup>3</sup>. O retrato do Pintor que o mesmo Sá-Carneiro nos transmite é o de um *blagueur*, de «um tipo fantástico, não deixando no entanto de ser interessante»<sup>4</sup>, que chega a afirmar, para grande espanto do poeta, que a obra é uma «coisa secundária», face ao aspecto exterior do artista. Mas Santa Rita é também o homem do Futurismo — o único verdadeiro futurista português, na opinião de Fernando Pessoa. Um futurista para quem, na esteira de Marinetti, o Futurismo é uma doutrina com «carácter absolutamente nacionalista» e «absolutamente antianárquico». Isto mesmo lembra Santa Rita, em carta de 29 de Abril de 1916, a Homem Cristo Filho, ripostando contra a violência com que este, dois dias antes, num artigo inserido em *A Ideia Nacional*, se insurgia contra a «invasão» do Futurismo em Portugal: «Novos arautos da anarquia, os senhores futuristas escouceiam a gramática, a geometria, a aritmética, a moral, a disciplina, os velhos princípios imortais que regem o mundo [...]. Fatores da desordem e da revolução, bastardos invejosos do génio criador, iconoclastas impenitentes sem Fé nem Pátria»<sup>5</sup>.

As divergências que, nesta ocasião, opõem o grupo de Homem Cristo Filho e os modernistas que colaboram graficamente na sua revista — Almada, José Pacheco (a quem pertence, aliás, a direcção plástica) — são de natureza

artística, mas denunciam, de algum modo, uma natural incompatibilidade entre o reaccionarismo político e o revolucionarismo da nova arte.

Por sua vez, Mário de Sá-Carneiro põe a obra literária acima de qualquer outro interesse. Vive por ela e para ela. Não encontramos, por isso, nas suas intervenções escritas, grandes referências a questões de ordem política. Seduzido por Paris e pela Hora europeia, o seu nacionalismo é difuso, mitigado, abafado por um cosmopolitismo estreme. Parece oscilar entre a simpatia por um monarquismo moderado (pelo seu lado aristocrático) e uma vaga aceitação da República. Para Sá-Carneiro, a política tende sempre a ocupar um papel secundário e instrumental, face a uma Arte maiusculada. Mas, como se depreende pelas observações que faz nas cartas que envia de Paris a Fernando Pessoa, comunga, certamente, com ele do mesmo repúdio pela República instituída, afonsista e democrática. Aplauda os seus projectos com vista a zurzir Afonso Costa e o seu «socialismo»: «Apraz-me muito o surgimento desse folheto 'Jogo Franco' de você e Pulido. Faz-se muito sentir a necessidade duma publicação dessas. Mas estimaria que saíssem de vez em quando da política para a Arte» (carta de 25 de Março de 1913)<sup>6</sup>. Em Agosto de 1914, recebe, com entusiasmo, a teoria pessoana da «República Aristocrática», teoria que crê importante «por o 'paulismo' lhe ser um forte apoio»<sup>7</sup>. E em 29 de Outubro de 1915, por exemplo, lembra ao amigo que este tem «culpas no cartório! *Eh Reall...* por exemplo...»<sup>8</sup>, numa alusão à estranha (ou provocatória, quem sabe) colaboração de Pessoa nesse panfleto, dirigido por João Camoesas, republicano da ala esquerda e feito para atacar a política antidemocrática de Pimenta de Castro, que, noutros textos, o própria Pessoa defende e apoia<sup>9</sup>.

Em contrapartida, Alfredo Guisado sobressai, não só pelo seu forte empenhamento político como pela sua adesão ao ideário republicano, democrático e liberal. Desde muito cedo adere ao Partido Democrático, desempenhando, até 1926, diversos cargos: deputado, governador civil substituto, vice-presidente e vereador da Câmara Municipal de Lisboa. E, depois do 28 de Maio, até 1971, exerce as funções de director-adjunto do jornal *República*, bastião da oposição ao regime salazarista, onde colabora também com poemas, sob o pseudónimo de Filomeno Dias.

É, sem dúvida, esta sua filiação democrática que cedo o leva a afastar-se dos companheiros de *Orpheu*. Já em 1915, Alfredo Guisado parece ofendido com os directores da revista. Desde Agosto desse ano que o próprio Sá-Carneiro, na sua correspondência com Fernando Pessoa, se refere a um possível corte de relações de Guisado. Mais tarde, estranha o seu silêncio, escrevendo, em alusão à carta enviada, em 6 de Julho, ao director de *A Capital* por Álvaro de Campos, na qual o «engenheiro» se regozija com o «providencial» acidente sofrido por Afonso Costa: «Se ele está mal quase comigo e não com você é que o motivo não é o mesmo. Com efeito por política, foi você que

mais o ofendeu — que mais longe foi contra o democratismo — sendo pelo contrário eu o signatário da carta-desmentido»<sup>10</sup>.

Esta adesão incondicional à República e aos seus princípios fundadores não é incompatível, como se depreende, com uma poética sensacionista, estética esta que é, afinal, a tradução para português do Futurismo. Enquanto este tem como atitude principal, nas palavras atribuídas a Álvaro de Campos, «a Objectividade Absoluta, a eliminação, da arte, de tudo quanto é *alma*, quanto é sentimento, emoção, lirismo, subjectividade em suma»<sup>11</sup>, o Sensacionismo representa, pela introdução dessa *subjectividade* ou dessa *alma*, a síntese possível de um Portugal-Europa, «com o máximo utilizável do sentimento português, o máximo aproveitável nas actuais correntes europeias»<sup>12</sup>.

De Raul Leal se poderia falar também de coerência, ainda que pelo lado oposto. Assumindo-se como monárquico e antidemocrata, exila-se voluntariamente em Espanha, durante o ano de 1916, como reacção à política dominante que o constrange. Também em 1915, no período áureo de *Orpheu*, se manifesta publicamente contra os republicanos e a democracia de Afonso Costa, num violento panfleto, distribuído em Lisboa, intitulado *O Bando Sinistro* e impresso clandestinamente, ao que consta com o apoio de Guilherme de Santa Rita.

Com uma obra literária curta e de pouca expressão, é no campo da filosofia que Leal assume uma posição de maior relevo. A criação do «Vertiginismo Transcendental», concepção filosófica exposta pela primeira vez em 1913, é definida por Pinharanda Gomes como «vivência lúcida e integral de todas as condições que foram dadas ao Homem», envolvendo o «conhecimento do porquê após o esquecimento do como positivista»<sup>13</sup>. É, em certa medida, uma resposta aos *ismos* que Pessoa concebe e desenvolve, através de *Orpheu*. Na realidade, porém, o seu Vertiginismo não só toca, como ultrapassa os limites conceptuais do Futurismo e do Sensacionismo, afirmando-se como uma «arte de síntese-soma» que compromete a Totalidade do Homem, como uma Religião, afinal. É nessa medida que Raul Leal anuncia a criação da Igreja futuro-paracletiana que, em 1921, propõe ao próprio Marinetti. Na sua óptica, faltava ao Futurismo uma metafísica, uma concepção da História mais futurista, traduzida na busca de uma «razão metafísica, íntima, profunda, abísmica»<sup>14</sup>. O termo Vertigem (sempre com maiúscula) surge, muitas vezes, no discurso excessivo de Leal, como sinónimo de Paraclete e, por isso, o Paracletianismo por ele profetizado seria também não só uma Religião Futurista como a Religião do Espírito Santo, do Quinto Império futuro, «fusão absoluta» de todas as crenças religiosas.

Confinam, pois, em Raul Leal um feroz conservadorismo político e uma não menos feroz adesão ao Novo, à Vertigem da Hora, a «essa ambição estonteante de arrebatar divinamente o Universo», de se sentir Tudo, de que fala numa carta de Janeiro de 1916 a Mário de Sá-Carneiro<sup>15</sup>. E a Hora é,

então, também de Guerra, de uma guerra que devasta a Europa e que Raul Leal qualifica de «abominável», considerando o Ideal Prussiano como «o mais terrível inimigo da Vertigem»<sup>16</sup>. Neste ponto, encontra-se, por breves momentos, em sintonia com a República, antigermanófila por natureza, ao contrário, por exemplo, de Fernando Pessoa, que sempre manifestou a sua preferência pela Alemanha. No campo da política, Raul Leal é, contudo, bem mais controverso. Com a sua teoria do «Sindicalismo Personalista», pretende promover «a fusão absoluta das três ideologias sociais dominantes — socialismo, individualismo e corporativismo fascista». E Salazar será recebido por ele como «*um Predestinado*», «alguém que progressivamente prepararia a Redenção da Pátria Portuguesa» e cujo aparecimento diz ter pressagiado num artigo de jornal<sup>17</sup>.

### FERNANDO PESSOA: POR UMA REPÚBLICA NOVA

O percurso de Fernando Pessoa é, porventura, o mais inesperado e contraditório de todos. Também neste domínio, o microcosmos pessoano traduz, por assim dizer, o macrocosmos nacional, nele se cruzando múltiplas linhas de pensamento e de ação. Assim é que, em Fernando Pessoa, a oscilação ideológica (tantas vezes com sabor a *blague*) é permanente. «O homem disciplinado e culto faz da sua sensibilidade e da sua inteligência espelhos do ambiente transitório: é republicano de manhã, e monárquico ao crepúsculo»<sup>18</sup>, escreve ele, num artigo em *O Jornal*, de 5 de Abril de 1915 (coluna «Crónica da Vida Que Passa»). E numa carta inacabada, sem data, dada a conhecer com o título de «Carta a Um Monárquico», confessa-se «um pobre recortador de paradoxos», com a «qualidade de arranjar argumentos para defender todas as teorias, mesmo as mais absurdas», pondo-se à disposição dos monárquicos para lhes fornecer «vários argumentos a favor da monarquia», argumentos esses que chamariam «muito mais a atenção do que o Integralismo»<sup>19</sup>.

O tom irónico desta carta que, presumivelmente, se dirigiria a João do Amaral, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, de algum modo desmente a asserção de que Pessoa teria alinhado nas hostes ultraconservadoras integralistas<sup>20</sup>. Na realidade, nunca o poeta demonstra grande simpatia por este movimento, expressando por diversas vezes a sua discordância relativamente ao nacionalismo «à la française» de que o grupo se faz eco. As doutrinas de Charles Maurras e da Action Française, inspiradoras do Integralismo e plasmadas naquilo que o próprio João do Amaral (num folheto com o título *Aqui d'El-Rei*, n.º 1, Fevereiro de 1914) define como uma «Monarquia orgânica, antiparlamentar, descentralizadora e tradicionalista», são repudiadas por Pessoa. Leia-se, a este respeito, um texto em que disserta sobre os integralistas, «os nossos Maurras», considerando-os «neo-reaccionários», a quem faltam ideias próprias e «rumo político»<sup>21</sup>.

De resto, a referida carta não é muito provavelmente senão um rascunho de um dos panfletos projectados, em 1913, por Pessoa, com Domingos Garcia Pulido e que, como vimos, Sá-Carneiro plenamente aprova. Num diário desse ano, Pessoa dá conta deste projecto, anotando em 11 de Março: «Depois encontrei lá o Garcia Pulido [...]. Combinámos o nosso panfleto *Jogo Franco*, semanal, podendo ser, cada um produzindo um número alternadamente. Achámos que tínhamos um comum ponto de vista — republicano, anti-afonsista, anti-socialista»<sup>22</sup>. Uma semana mais tarde, em carta ao mesmo Garcia Pulido, Pessoa refere a intenção de preparar dois números do panfleto, sendo um deles possivelmente uma «Carta a Um Monárquico», onde poria, de novo, o problema político da actualidade, mostrando, como diz, «a necessidade de ser republicano com argumentos ainda virgens»<sup>23</sup>.

Há, como se vê, numa altura em que germina a sua heteronímia, expressão maior do Modernismo, uma adesão à República, mas também já a recusa de uma certa República. O monarquismo de Pessoa é, de resto, apenas assumido enquanto ideal<sup>24</sup>, como regime desejável mas inviável entre nós. Por outro lado, a República instaurada em 1910 em breve se afigura a Fernando Pessoa como um sucedâneo dessa Monarquia velha e gasta que mergulhara o país na mais extrema decadência. Para o poeta, a República nascera velha. O ideário republicano dos homens de 1910 apresenta-se-lhe como antinacional, inspirado como era pelo pensamento francês, democrático, liberal e positivista. Os políticos da República mostram-se, do seu ponto de vista, incapazes de operar uma verdadeira regeneração da sociedade portuguesa.

Esta transformação urgente é querida, desde há muito, por quase todos os intelectuais responsáveis. A adesão de Pessoa à *Renascença Portuguesa* coloca-o ao lado de gente como Raul Proença, Jaime Cortesão, António Sérgio ou Teixeira de Pascoaes. Mas também este grupo tem no seu seio inúmeras contradições, a que não é alheia a filiação ou simpatia político-ideológica dos seus membros. À incansável luta da facção de pendor abertamente democrático, pela consolidação de um regime construtor do progresso e da liberdade, responde Pessoa com a crítica e a decepção. A República tornara-se, afinal, aos seus olhos, uma «Oligarquia das Bestas», título de um opúsculo que planeia contra a classe política dominante. Nesse ataque, o alvo principal é Afonso Costa, chefe do Partido Democrático, mimoseado, à maneira de Álvaro de Campos, em fragmentos e rascunhos do seu espólio, com epítetos como «tirano de caca», «alto cacique», «pulha», «bandalho».

Pessoa escolhe, de resto, o seu heterónimo Campos, o mais radical de todos os seus «outros», para se manifestar publicamente. É o que faz com «Ultimatum», surgido em 1917 no *Portugal Futurista*, a revista mais vanguardista do Modernismo português. Aí se declara a falência absoluta do «Portugal-centavos, resto de Monarquia a apodrecer República» e se preconiza uma

«Monarquia Científica, antitradicionalista e anti-hereditária, absolutamente espontânea pelo aparecimento sempre imprevisto do Rei-Média»<sup>25</sup>.

No universo pessoano, Álvaro de Campos é, de certa forma, um republicano à força, ainda que não seja declarado monárquico, como o seu companheiro Ricardo Reis (que não tem, no entanto, qualquer intervenção neste sentido). Por outro lado, por altura da instauração da República, e até antes, nos anos de 1907-1908, o escritor assume, sob a máscara da sua personalidade literária Joaquim Moura Costa, uma faceta militantemente republicana e anticatólica. Em seu nome, escreve versos inflamados, em que vitupera, de forma por vezes obscena, a Monarquia e a sua aliada Igreja Católica Romana. Os versos são destinados a dois projectados jornais, *O Phosphoro*, apostado em denunciar a crise da sociedade portuguesa, causada em parte pela Monarquia, em parte pela religião dominante, e *O Iconoclasta*, designado por Pessoa como «publicação politicamente republicana radical [...] adversa, de um lado, à monarquia e, do outro, ao socialismo e ao anarquismo»<sup>26</sup>. E é certamente da mesma época, uma carta aberta, inédita, endereçada a um jornal monárquico não identificado, onde declara a Monarquia portuguesa «coroadada por uma corte beata e devassa, nojentamente beata e nauseabundamente devassa»<sup>27</sup>.

Mas, já desde 1906, pelo menos, o jovem Pessoa parece nutrir uma simpatia inequívoca pela República vindoura. Provavelmente influenciado por Henrique Rosa, o antimonárquico e anticlerical irmão do padrasto, com quem convive de perto nos primeiros anos do seu regresso definitivo a Portugal<sup>28</sup>, dá mostras de um fervor revolucionário surpreendente. Num excerto de um diário daquele ano, escreve, em 13-17 de Abril: «Planeei um tratado revolucionário, *Pela República*, escrito em linguagem simples e para seguir-se a *Revolta*»<sup>29</sup>.

A verdade é que, nesta época, Pessoa não é ainda um modernista. A sua produção poética em português apresenta-se algo incipiente, marcada por um formalismo de feição tradicionalista. Poderá, portanto, dizer-se que a assumpção da ruptura, em termos literários, com a tradição, corresponde ao abandono destas veleidades revolucionárias.

Fernando Pessoa não abandonaria, porém, a tentação de uma intervenção de carácter político. Já em 1 de Agosto de 1914, Mário de Sá-Carneiro, como vimos atrás, se manifesta agrado com a teoria da «República Aristocrática», concebida por Pessoa, sobretudo pelo modo como pode ser sustentada pelo Paulismo.

A relação aqui estabelecida é interessante, na medida em que reafirma a ideia de como o Modernismo (embora na sua vertente mais decadentista) é incompatível com uma República de tipo burguês e liberal. Para Pessoa, as teses igualitárias da doutrina demoliberal são próprias de uma época de decadência, antipatriótica. A democracia moderna, ao «basear o seu sistema de governo num apelo a maiorias, forçosamente ignorantes e incultas», redundaria facil-



mente numa «ditadura de inferiores»<sup>30</sup>. A tirania, escreve também Pessoa, num texto avulso para «Cinco Diálogos sobre a Tirania», «é democrática»<sup>31</sup>.

Este texto, escrito entre 1918-19, surge precisamente no rescaldo do consulado de Sidónio Pais, que, após o golpe contra-revolucionário de 5 de Dezembro de 1917, impõe um duro revés à democracia, instaurando um regime ditatorial. Pessoa, aliás, assume o seu sidonismo em diversos escritos. Sidónio encarna, aparentemente, o papel desse «Rei-Média» pelo qual Campos anseia em «Ultimatum». É o carismático «Presidente-Rei» que uma República Aristocrática exigiria — uma República Nova, presidencialista, conduzida por um escol, cujo sangue só seria azul pelo lado da sua superioridade intelectual, uma República em tudo oposta à República Velha de 1910. Esta, na perspectiva pessoana, governara contra as classes médias, incorrendo no erro tremendo de ter isolado e perseguido os monárquicos, os sindicalistas, os católicos, e ter, assim, criado no seu interior uma massa de insatisfeitos. Aquela não governaria contra ninguém, tentaria criar a coesão nacional necessária e urgente para fazer face à extrema debilidade económica, social e cultural do país. A figura de Sidónio representa esta possibilidade, que a sua morte prematura não fecha totalmente. Pessoa serve-se dela como estímulo, como mito congregador das forças pátrias, inspirador das mudanças que propõe para Portugal, em artigos no jornal *Acção* (que ajuda a fundar, em 1919, com Geraldo Coelho de Jesus). Em «Como Organizar Portugal» (n.º 1)<sup>32</sup>, por exemplo, tomando como modelo a Alemanha, defende uma transformação profissional, uma industrialização sistemática do país, uma educação da inteligência e da vontade. E o jornal assume, de facto, no seu todo, um projecto para Portugal, uma espécie de programa de governo.

Sintomaticamente, *Acção* apresenta-se como porta-voz de um intitulado Núcleo de Acção Nacional. Até que ponto este grupo estava ligado à futura Acção Nacional, de carácter fascista, de João de Castro Osório, é difícil precisar. No entanto, desde o início do ano de 1919, a intenção de formar um partido para dar continuidade à obra de Sidónio Pais paira no ar. Como sublinha Ernesto Castro Leal, «sidonistas, unionistas, evolucionistas, republicanos independentes e seguidores de Machado Santos irão delinear uma estratégia de recomposição, onde o apelo para a formação de um grande partido republicano conservador será a inquietação principal»<sup>33</sup>.

O Partido Republicano Conservador é a primeira tentativa neste sentido, sendo de salientar que à frente do seu órgão oficial, *O Jornal*, surge, nesta altura, o jornalista António Ferro, cuja militância no Modernismo é, então, bem conhecida. Interessante será assinalar a relativa contemporaneidade da participação activa de Ferro na ala mais radical dos republicanos conservadores<sup>34</sup> e do seu manifesto modernista *Nós* (1921), em que se assume como porta-voz de toda uma geração.

A propaganda dos conservadores segue de perto, diga-se, a formulação pessoal do Sidonismo. E esta continua a ecoar na linha programática do Partido Republicano Presidencialista, herdeiro do anterior, cujo *Manifesto ao País*, datado de 4 de Junho de 1921, reclama, precisamente, o legado político de Sidónio Pais. Cada vez mais, de resto, a apetência por um salvador da Pátria se faz notar. Cada vez mais, as correntes de pensamento nacionalista se congregam no sentido de uma Acção Nacional, organização que polarizaria, em torno de um grande líder, o ataque à democracia, preparando o advento de um governo à Mussolini.

Não cremos, contudo, que, pese embora o seu fascínio por Sidónio, Pessoa tenha alinhado nestes movimentos, cujo objectivo era, no fundo, a conquista do poder. Num texto muito posterior, o próprio lembra os erros da regência sidonista, «célebre pela imoralidade, pela profusão de apadrinhamentos, pela prolixa desvergonha nos negócios escuros e nos crimes políticos», reconhecendo que nem mesmo um homem como ele, «que tinha as qualidades místicas do chefe de nação», pudera evitar «ser rodeado de assassinos e de trauliteiros»<sup>35</sup>. Além disso, na década de 1920, Pessoa parece muito mais apostado em cuidar dos seus negócios e, sobretudo, da sua obra literária. Lembremos a sua colaboração activa na revista *Contemporânea* (1922-1923); a fundação de *Athena* (1924-25), com vista à publicação da poesia dos quase desconhecidos Ricardo Reis e Alberto Caeiro; o início de uma assídua colaboração na revista *presença* (de 1927 em diante) e início, de facto, da sua consagração pública enquanto poeta-nação e máximo representante de uma literatura nova e inovadora.

A chegada de Salazar ao poder é, inicialmente saudada por Pessoa, porque, como diz: «Depois dos Afonsos Costas, dos Cunhas Leais, de toda a eloquência parlamentar sem ontem nem amanhã na inteligência nem na vontade, a sua simplicidade dura e fria pareceu qualquer cousa de brônzeo e de fundamental»<sup>36</sup>. Cedo se apercebe, porém, de que Salazar se quer alçar «a um pedestal onde mal se acomoda, a um trono onde não sabe como sentar-se»<sup>37</sup>. Pessoa assiste ao que designa de «cesarização de um contabilista» e escreve uma carta (provavelmente não mandada) a Carmona, onde escalpeliza os vários momentos da Ditadura, considerando que a terceira fase «começou por afirmar-se no integralismo monárquico disfarçado de Estado Novo, continuou afirmando-se no integralismo, já nem disfarçado, do Estado corporativo, e acaba com afundar-se nos últimos arrancos do Prof. Salazar, e nomeadamente da segunda parte do Prefácio aos seus *Discursos* por integralmente integral, isto é, francamente inimigo de duas coisas: da dignidade do Homem e da liberdade do Estado»<sup>38</sup>. Consuma-se, assim, aos seus olhos, o fim de uma República Velha, mas também do sonho de uma República Nova. O Modernismo, por sua vez, resiste ainda.

O desencanto de Pessoa com o andamento da vida política não põe nunca em causa o seu nacionalismo. Antes pelo contrário, é pelo nacionalismo que o poeta sempre se afirma, até do ponto de vista literário. Mas é um nacionalismo de terceira via. Não se trata do inferior nacionalismo tradicionalista, nem do médio nacionalismo integral (de um Teixeira de Pascoaes, por exemplo), mas do superior nacionalismo cosmopolita, aquele que caracteriza «todos os representantes supremos das culminâncias literárias das nações que aí chegaram»<sup>39</sup>. É nos períodos de grande agitação política «que são escritas as obras literárias em que a disciplina da sensibilidade, a construção estudada são características notáveis», escreve<sup>40</sup>. Como a sua obra, acrescentaríamos. Por isso, com Pessoa, é, de facto, de um nacionalismo modernista (ou de um Modernismo à portuguesa) que se trata, pois que é na sua suprema disciplina e construção heteronímicas que ele se plasma.

#### **ANTÓNIO FERRO: DA DEMOCRACIA À DITADURA**

Ao contrário de Fernando Pessoa, António Ferro acaba precisamente pela adesão incondicional (?) à governação cesarista e reaccionária de Salazar. É esse o corolário lógico, diga-se, de um percurso marcado por uma indisfarçável sedução pelos chefes autoritários e carismáticos. Essa sedução está presente já na sua juventude. Por ocasião de *Orpheu*, Ferro tem vinte anos e é um fervoroso partidário dos democráticos. O seu republicanismo é, todavia, bem mais antigo. «Desde muito jovem frequenta com seu Pai os comícios republicanos, aí contactando com a oratória de eminentes vultos, dos quais se destacaria António José de Almeida»<sup>41</sup>. Também a sua adesão às hostes modernistas se consubstancia bem cedo. Desde os tempos do liceu que convive com Mário de Sá-Carneiro, cinco anos mais velho, que o leva ao conhecimento de Pessoa, Guisado, Almada e de outros modernistas. Ferro torna-se um dos seus, mas o seu Modernismo (também ao contrário do de Pessoa) é marcado por uma admiração, por um fascínio sempre entusiasticamente expresso pelos grandes escritores estrangeiros. É o caso de Colette ou de Gabriele D'Annunzio (um dos arautos de Mussolini e do fascismo italiano), com quem chega a relacionar-se.

Da primeira, faz ressaltar a pose mundana e imoral, «futurista» e escandalosa, e a sua «arte turbulenta». A apologia do prazer carnal, que é feita igualmente no romance *Leviana* (1921), está, aliás, em sintonia com o «programa modernista» de Ferro, exposto em *Teoria da Indiferença* (1920), livro de aforismos à Dada, «‘teorização’ da modernidade como forma de estar», no dizer de António Rodrigues<sup>42</sup>.

Em D'Annunzio — classificado como o «Jesus da Raça Latina» — vê Ferro a encarnação do espírito do nacionalismo exaltante que, em breve, na sua mente, transmigra para Mussolini (por ele entrevistado por diversas vezes, a primeira logo em 1923). Este, sim, seria o modelo do chefe, do presidente

que preconiza para Portugal, para não dizer mesmo do «super-homem» dos futuristas.

Este deslumbramento pelo *Duce*, colhe-o, sem dúvida, de uma figura emblemática do reaccionarismo português, o já referido jornalista Homem Cristo Filho, monárquico convicto e director de *A Ideia Nacional*, revista surgida durante a ditadura de Pimenta de Castro (1915), inspirada na pró-fascista *L'Idée Nazionale*, onde se esboçam «os traços fundamentais duma ideologia preconizadora dum estado forte, autoritário»<sup>43</sup>. Homem Cristo Filho (com quem Sá-Carneiro e Santa Rita mantêm contacto em Paris) adere depois à República sidonista<sup>44</sup>, antes de se tornar, também como Ferro, um adepto e seguidor de Mussolini.

António Ferro permanece, de resto, fiel à República, a uma república conservadora, presidencialista e antiparlamentarista, como a protagonizada por Sidónio, outro dos seus ídolos, como vimos. Para Portugal, ele não vê, aliás, outra solução de governo que não a de uma república conservadora, a que não seria alheia uma aliança com a Igreja Católica<sup>45</sup>, ou, se preferirmos, uma reconciliação com os católicos, vítimas do radicalismo positivista dos republicanos afonsistas. Também neste domínio, Ferro e Pessoa se desencontram.

Não se pode, porém, esquecer que, quase em simultâneo com a sua militância sidonista e neo-sidonista e com os artigos que escreve em prol dos autoritarismos estrangeiros, em 1923 e 1924 (reunidos em *Viagem à volta das Ditaduras*, de 1927), Ferro se manifesta fiel à estética modernista, divulgando também, entre nós, o cinema, o *jazz*, artes «futuristas» por excelência, fundando o chamado Teatro Novo, que leva à cena Jules Romains e Pirandello, e cultivando a conferência, a arte-espectáculo da modernidade.

Entretanto, a promoção a director do Secretariado Nacional de Propaganda, com que Salazar o premeia, permite a Ferro ser não só um assumido ideólogo do Estado Novo e mentor da sua autodenominada «política do espírito», como dar sequência a um programa de expressivo alcance cultural. Na realidade, tenta fazer o *aggiornamento* do Modernismo, a sua nacionalização (num sentido, em grande parte, oposta à de Pessoa, porquanto suportada, ideologicamente, por uma imitação caseira do fascismo italiano), instrumentalizando e enquadrando os seus representantes nas grandes obras do Estado Novo. É aqui que entra, por exemplo, um Almada Negreiros, «futurista, e tudo».

#### ALMADA NEGREIROS: POR UMA POLÍTICA DA ARTE

Em 1917, no seu «Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX», publicado em *Portugal Futurista*, Almada faz, muito ao seu jeito provocador, uma profissão de fé na guerra, enquanto «*grande experiência*» higiénica que permite acordar «*todo o espírito de criação e de construção*»

*assassinando todo o sentimentalismo saudosista e regressivo*». Acode à mente o Futurismo, segundo Marinetti. Mas a Alemanha tinha declarado guerra a Portugal e Almada faz aqui apelo a um patriotismo novo, assente numa atitude anti-saudosista, anti-sentimentalista, anti-sebastianista, incentivando os portugueses a desejarem uma pátria do futuro que os mereça. Ao mesmo tempo, desfere um forte ataque à democracia e, por conseguinte, à República: «Nós vivemos numa pátria onde a tentativa democrática se compromete quotidianamente. A missão da República portuguesa já estava cumprida desde antes de 5 de Outubro: mostrar a decadência da raça. Foi sem dúvida a República portuguesa que provou conscientemente a todos os cérebros a ruína da nossa raça, mas o dever revolucionário da República portuguesa teve o seu limite na impotência da criação»<sup>46</sup>. Por isso, mais à frente, adianta, com alguma ironia, que é «preciso explicar à nossa gente o que é a democracia para que não torne a cair em tentação»<sup>47</sup>.

Esta posição política é, como se pode comprovar pela leitura integral do texto-conferência, tomada também em nome da Arte. Enquanto manifesto da Vanguarda, assenta, à semelhança de outros textos almadianos do mesmo tipo, como diria Fernando Cabral Martins, «num esquema teatral múltiplo»<sup>48</sup>. Na verdade, Almada Negreiros, definido como «Artista-Eu» pelo mesmo autor, assume esta teatralidade por inteiro. Ao contrário de Pessoa, que vive interiormente o seu «teatro do ser» (pesem embora as intervenções «realistas» de um Álvaro de Campos), ou de Sá-Carneiro, em que a multiplicidade de vozes se faz verbo, Almada traz para o espaço público o seu próprio corpo de autor-actor, produzindo, com as palavras proferidas, um acontecimento político-artístico futurista. É que, como observa ainda Cabral Martins, o Futurismo é entendido por Almada «como uma sintonia entre a arte e a política [...] pois o programa da Vanguarda também é essa fusão arte-vida, essa recusa de separar campos vistos como autónomos»<sup>49</sup>.

Apesar do rótulo de futurista apostado ao seu texto de 1917, é verdade que Almada Negreiros evoluíra, já então, de um Futurismo à europeia para um Sensacionismo à portuguesa. É como «poeta sensacionista e Narciso do Egipto» que assina «A Cena do Ódio», destinado a *Orpheu* 3 (1915), sátira demolidora à mediocridade da sociedade burguesa, nacional e «desnacionalizada». À República e à sua democracia de «inferiores», terão de ser pedidas contas por isso.

A Almada, contudo, não interessa a luta partidária e, ao contrário de Pessoa ou Ferro, não há nele sequer o fascínio pelos homens providenciais. «Para mim, o único campo de acção, encontro-o em absoluto nos domínios da Arte. Outros não verão acção senão na política», escreve no artigo «Vistas do SW» da revista *Sudoeste* (n.º 2, Outubro de 1935), acrescentando que «ninguém é mais isento de partidarismo do que o artista: ele é provavelmente

o único, por força das suas próprias circunstâncias sociais, que saberá ver nua a própria colectividade e não pela cor dos seus vestidos»<sup>50</sup>.

É certo que estas palavras são escritas em 1935, quando Salazar ocupa já o seu «trono» e quando Almada procura habilmente conciliar a sua prática artística com a existência de uma censura forte e da «política do espírito» (que chega a elogiar). A defesa da autonomia da arte face à política, contrariando a tendência assumida na primeira fase do seu Modernismo, não deixa de ser também uma maneira de se defender de uma previsível acusação de cumplicidade com o regime.

Por outro lado, demarca-se de Marinetti e daquilo em que o Futurismo, pela sua acção, se transformou: um movimento político. Escreve Almada, a este propósito, que «a batalha ganha por Marinetti na Itália foi a batalha política. A outra batalha, aquela que Marinetti começou primeiro nos seus memoráveis manifestos, essa, não a terminou sequer, porque foi engolida com o próprio Marinetti pelo fascismo italiano. Não caiamos nós na tremenda confusão de dar os loiros de Arte a quem merece apenas os políticos. A César o que é de César, à arte o que é da arte!»<sup>51</sup>. Acrescenta ainda que a «necessidade do conhecimento do humano em Arte impede o artista de todo e qualquer desvio desta direcção unânime».

Ele, apesar de continuar a ser identificado como futurista, só pode, afinal, redefinir o percurso traçado desde os tempos de *Orpheu* (que era apenas, no seu entender, uma revista «honradamente literária»). E, enquanto artista, colaborar com a colectividade, acordar a nação da sua letargia e levá-la até à modernidade, porque, como diz, em 1926, quando «perdemos de repente em Alcácer-Kibir a dianteira do mundo, nós ficámos despistados para sempre [...], nunca mais nós os portugueses estivemos *à la page!* [...] Aqui no século XX os portugueses não fazem a mínima ideia do que seja uma nação, um conjunto nacional, um pensamento comum, uma vontade unânime, nada, absolutamente nada que seja forçosamente colectivo»<sup>52</sup>.

É neste ponto, aliás, que todos os modernistas parecem estar de acordo: tudo pela Pátria (ou tudo contra a «Monarquia a apodrecer República»).

#### NOTAS

<sup>1</sup> Como é sabido, o *Manifesto do Futurismo* de Marinetti surgiu em Fevereiro de 1909, no jornal *Le Figaro*, sendo quase de imediato traduzido para português e publicado no *Diário dos Açores* por Luís-Francisco Bicudo, em Agosto desse mesmo ano.

<sup>2</sup> Ou talvez, de preferência, 1927, ano do aparecimento da revista *presença*, que marcaria o início do movimento de afirmação literária de uma segunda geração de escritores ainda designados

- de modernistas, mas que configurariam, no plano literário, o início daquilo a que Eduardo Lourenço chamaria mais tarde uma «contra-revolução» .
- <sup>3</sup> Mário de Sá-Carneiro, *Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim, 2001, p. 14.
- <sup>4</sup> *Ibid.*, p. 13.
- <sup>5</sup> Cit. in Cecília Barreira, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1981, p. 71-2.
- <sup>6</sup> Mário de Sá-Carneiro, *ob cit.*, p. 60.
- <sup>7</sup> *Ibid.*, p. 135.
- <sup>8</sup> *Ibid.*, p. 230.
- <sup>9</sup> Ver a entrada referente a *Eh Real!* no *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, coord. de Fernando Cabral Martins, Lisboa, Editorial Caminho, 2008, p. 231-2.
- <sup>10</sup> Mário de Sá-Carneiro, *ob cit.*, p. 247.
- <sup>11</sup> Álvaro de Campos, «Carta ao *Diário de Notícias*, de 4-6-1915», in Fernando Pessoa, *Correspondência: 1905-1922*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim, 1998, p. 164.
- <sup>12</sup> Fernando Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, introd., org., bibliografia e notas de António Quadros e Dalila Pereira da Costa, vol. II, Porto, Lello & Irmãos, 1986, p. 1330.
- <sup>13</sup> Pinharanda Gomes, *Raul Leal, Iniciação ao Seu Conhecimento*, separata da revista *Gil Vicente*, Guimarães, 1962, p. 10.
- <sup>14</sup> Fernando Pessoa, *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, org. e pref. de Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Edições Ática, 1966, p. 174.
- <sup>15</sup> Mário Cesariny de Vasconcelos, *O Virgem Negra. Fernando Pessoa Explicado às Criancinhas Naturais & Estrangeiras*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1989, p. 102.
- <sup>16</sup> Idem, *ibid.*, p. 94-5.
- <sup>17</sup> Raul Leal, *O Sentido Esotérico da História*, coord., pref. e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Livraria Portugal, 1970, p. 46.
- <sup>18</sup> Fernando Pessoa, *Crítica. Ensaios, Artigos e Entrevistas*, ed. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim, 1999, p. 106.
- <sup>19</sup> Idem, *Obra Poética e em Prosa*, vol. II, ed. cit., p. 356.
- <sup>20</sup> Rui Ramos refere as «opiniões cada vez mais reaccionárias» dos «rapazes de Orpheu», escrevendo que Pessoa chegou «a oferecer-se para colaborar com os integralistas, propondo-se fornecer-lhes defesas paradoxais da monarquia, daquelas que chamavam a atenção», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 645.
- <sup>21</sup> Fernando Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, vol. III, ed. cit., p. 906.
- <sup>22</sup> Idem, *ibid.*, vol. II, p. 102-3.
- <sup>23</sup> Idem, *Correspondência: 1905-1922*, ed. cit., p. 88.
- <sup>24</sup> Ver a sua Nota Biográfica de 1935, em que considera o sistema monárquico como o mais adequado a «uma nação organicamente imperial como Portugal».
- <sup>25</sup> Fernando Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, vol. II, ed. cit., p. 1102-16.
- <sup>26</sup> Teresa Rita Lopes, *Pessoa por Conhecer*, vol. II — *Textos para Um Novo Mapa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, p. 212-4. De salientar que, num poema intitulado «Origem Metafísica do Conde de Samodães [variante: Padre Matos]», a incluir em *O Iconoclasta*, Moura Costa satiriza uma figura grada do regime monárquico. O Conde de Samodães era, à data, presidente da Associação Católica e director do jornal *A Palavra*. Por sua vez, o Padre Matos era um sacerdote controverso, fortemente atacado e banido pelos republicanos.
- <sup>27</sup> Espólio da Biblioteca Nacional, 114<sup>3</sup>-83.

- <sup>28</sup> Ver a entrada referente a Henrique Rosa, no *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, ed. cit., p. 739-40.
- <sup>29</sup> Teresa Sobral Cunha, «Fernando Pessoa: Diário (Inédito) de 1906», *Colóquio/Letras*, n.º 95, Jan. 1987, p. 86.
- <sup>30</sup> Fernando Pessoa, *Obras Poéticas e em Prosa*, vol. III, ed. cit., p. 1111-2.
- <sup>31</sup> Idem, *ibid.*, p. 1032.
- <sup>32</sup> Cf. Fernando Pessoa, *Crítica*, ed. cit., p. 137-47.
- <sup>33</sup> Ernesto Castro Leal, *António Ferro — Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 98.
- <sup>34</sup> Ala radical que, segundo o mesmo autor, se caracteriza por uma natureza «cesarista, autoritária, com laivos de antiliberalismo e até, nalguns casos, monárquica» (*ibid.*, p. 104).
- <sup>35</sup> Fernando Pessoa, *Obras Poéticas e em Prosa*, vol. III, ed. cit., p. 579-80.
- <sup>36</sup> Idem, *ibid.*, p. 1094.
- <sup>37</sup> Teresa Rita Lopes, *Pessoa Inédito*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 376.
- <sup>38</sup> Teresa Sobral Cunha, «Fernando Pessoa em 1935. Da Ditadura e do Ditador em Dois Documentos Inéditos», *Colóquio/Letras*, n.º 100, Nov. 1987, p. 126.
- <sup>39</sup> Teresa Rita Lopes, *ob. cit.*, 1993, p. 313.
- <sup>40</sup> Idem, *ibid.*, p. 310.
- <sup>41</sup> Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, p. 32.
- <sup>42</sup> António Rodrigues, *António Ferro na Idade do Jazz-Band*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995, p. 48.
- <sup>43</sup> Ver Cecília Barreira, *ob. cit.*, p. 19.
- <sup>44</sup> Como informa também Cecília Barreira, a Agência Fast, fundada em Paris e dirigida por Homem Cristo Filho, torna-se «a principal fonte noticiosa de *A Situação*, o órgão oficioso do Sidonismo» (Idem, *ibid.*, p. 21).
- <sup>45</sup> Também o Papa Pio XI, cujo pontificado se inicia em 1922, é alvo do interesse de Ferro, que, quando da sua segunda viagem a Itália, com ele se encontra, voltando a fazê-lo em 1934, já em pleno salazarismo.
- <sup>46</sup> José de Almada Negreiros, *Manifestos e Conferências*, ed. Fernando Cabral Martins, Luis Manuel Gaspar, Mariana Pinto dos Santos e Sara Afonso Ferreira, Lisboa, Assírio & Alvim, 2006, p. 25.
- <sup>47</sup> Idem, *ibid.*, p. 31.
- <sup>48</sup> Fernando Cabral Martins, «Lendo *A Invenção do Dia Claro*», *Colóquio/Letras*, n.º 149/150, Jul. 1998, p. 79.
- <sup>49</sup> Idem, *ibid.*, p. 82.
- <sup>50</sup> José de Almada Negreiros, *Obras Completas*, vol. 6 — *Textos de Intervenção*, Lisboa, Editorial Estampa, 1972, p.171-9.
- <sup>51</sup> «O Cheiro a Bafio e Várias Outras Singularidades», publicado no *Diário de Lisboa*, de 22 Mar. 1935, em resposta a um artigo de Dutra Faria, a propósito do 20.º aniversário de *Orpheu*.
- <sup>52</sup> Conferência de 1926, «Modernismo», in José de Almada Negreiros, *Manifestos e Conferências*, ed. cit., p. 136-8.